

Critérios técnicos de crítica de mídia noticiosa

Technical criteria on press criticism

Wania Célia BITTENCOURT¹

Resumo

Pesquisadores do campo da Comunicação apontam que as críticas ao jornalismo, formato do gênero opinativo, carecem de embasamentos teórico-metodológicos. Considerando esta lacuna, este artigo propõe uma investigação sobre critérios técnicos de crítica de mídia noticiosa. Teoricamente, aproxima-se dos Estudos Culturais, que valorizam o contexto na produção e recepção de obras. Empiricamente, investiu-se em um *exercício de crítica* para, a partir dele, inferir e sistematizar os critérios.

Palavras-chave: Jornalismo. Crítica de mídia. Critérios. Estudos culturais.

Abstract

Researchers on Communication field explain that the press criticism doesn't have a theoretical – methodological base. Considering this absence, this article proposes an investigation about technical criteria on press criticism. Theoretically, it approaches the Cultural Studies, that values the context of the production and the reception of works. Empirically, it invests in a critical exercise to infer and systematize the criteria.

Keywords: Journalism. Press criticism. Criteria. Cultural studies.

Introdução

Nunca houve tantas críticas ao jornalismo. De um lado, estão as tradicionais colunas de ombudsman, observatórios de imprensa e artigos acadêmicos. De outro, mais recentemente, observa-se um espaço amplo na internet, potencializado pelas redes

¹ Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Associação Educacional Bom Jesus/Ielusc e da Universidade Regional de Blumenau/SC.
E-mail: waniabitt@gmail.com

sociais. O aumento considerável no número de críticas ao jornalismo, no entanto, não é proporcional no quesito reflexão. Pesquisadores apontam que as críticas ao jornalismo, formato do gênero opinativo, carecem de embasamentos teórico-metodológicos. Silva e Soares advertem para o caráter esporádico das publicações sobre o tema e para a escassa discussão sobre critérios. Para as pesquisadoras, “a crítica de mídias (...) está reclamando ser tratada como campo particular de pesquisa e ensino” (SILVA e SOARES, 2013, p.13). Carey, na década de 1970, já alertava que “a imprensa é atacada e frequentemente vilipendiada, mas não é objeto de análise crítica sustentada – nem em público, raramente dentro das universidades ou pela própria imprensa” (1974, p.227, livre tradução). Braga (2006, p.334) verifica lacunas nos dispositivos críticos dentro do processo comunicacional brasileiro e revela que, “no conjunto, o país não dispõe de um aparato de resposta muito desenvolvido”.

As características dos dispositivos críticos existentes dão pistas dos problemas enfrentados. Sobre as colunas de ombudsman, Glasser (2002, p.216) aponta que há poucas definições sobre a função dos textos produzidos. Em pesquisa desenvolvida pela *Organização dos Ombudsmen de Imprensa* (ONO), os jornalistas que ocupam estes cargos indicaram não saber o que e como observar a mídia, evitando apontar problemas nas redações que observam. Em função disso, são associados a estratégias de marketing.

Da mesma forma, os observatórios de imprensa, com a intenção de exercer uma “resistência civil ao excessivo centralismo da mídia” (MOTTA, 2008, p.30), não parecem ter definidos procedimentos sobre como avaliar o jornalismo. Guerra (2007, p.10) explica que “o uso de metodologia científica para identificação e análise das matérias objeto de crítica não é exigido”. Os observatórios utilizam critérios distintos para selecionar e avaliar as notícias e estes dependem “do enfoque que o grupo está querendo dar ao seu trabalho” (GUERRA, 2007, p.13). O pesquisador revela que enquanto há dispositivos que escolhem as notícias levando em conta problemas éticos e técnicos, outros fazem um monitoramento constante de determinado veículo, independentemente dos problemas existentes.

Neste cenário, há indefinição sobre critérios da crítica de mídia noticiosa. Estes não estão explícitos para quem lê as críticas, para os profissionais que têm o seu trabalho criticado ou para o crítico. O que não caracteriza sua inexistência. Os critérios apenas “não estão organizados, são difusos e (...) se dão antes de forma impressionista”

(MARCONDES FILHO, 2002, p.23). Segundo Marcondes Filho (2002, p.20), seria necessária “a definição de bases razoáveis para alguns propor critérios mínimos de apreciação dos bens culturais e midiáticos, sob o risco de, não o fazendo, ter de submeter aos critérios de mercado (...) ou conformar-se em aceitar indistintamente qualquer produto” – um trabalho a ser desenvolvido “pelos pesquisadores da comunicação, pelos profissionais bem formados, pelo trabalho docente comprometido com a qualidade” (MARCONDES FILHO, 2002, p.24). Uma crítica especializada poderia ainda “fornecer vocabulário crítico, informação básica, métodos de aproximação” (BRAGA, 2002, p.49).

Considerando esta lacuna de estudos sobre crítica ao jornalismo, este artigo investiga teórica e empiricamente critérios de crítica de mídia noticiosa.

Uma analogia à crítica cultural

Quando discutem a crítica de mídia, Marcondes Filho (2002), Braga (2006) e Carey (1974) inspiram-se na tradição crítica do campo da cultura. Carey (1974, p.244) defende que a crítica de mídia “é totalmente análoga à crítica literária ou qualquer outro objeto cultural”. O autor (2000, p.18) entende que o jornalismo é “uma forma vernacular de literatura”² e “uma forma da arte de contar histórias que ocorre sob condições industriais modernas” (CAREY, 2000, p.19, livre tradução)³. Em função disso, o autor considera que a crítica deveria ter foco na linguagem.

(...) a crítica da imprensa é essencialmente a crítica da linguagem: é uma resposta vital por parte do público sobre a linguagem utilizada pela imprensa para descrever os acontecimentos que os padrões da linguagem jornalística aceitam ser descritos. A crítica é totalmente análoga à crítica literária (CAREY, 1974, p.244)⁴.

Para Braga (2006), a crítica transcende a análise da linguagem. Ao comparar a incipiente crítica de mídia com os estudos literários, o autor (2006, p.61) conclui que a crítica cultural está à frente por apresentar critérios de análise e por investigar

² No original: “that is, a vernacular form of literature, an imaginative practice”

³ No original: “that is a form of art of storytelling which it takes in modern industrial conditions.”

⁴ No original: press criticism is essentially the criticism of language: it is a vital response on the part of the public to the language the press uses to describe events and to the events that accepted standards of journalistic language allow to be described. It is fully analogous to literary criticism of any cultural object.

produtos/obras em detalhes. Para ele (2006, p.61), “quanto mais desenvolvidos sejam os dispositivos críticos, mais provavelmente eles se voltam para a análise de produtos específicos”. As análises sobre o jornalismo, hoje, costumam investigá-lo como um meio de comunicação, como a televisão, o jornal, em vez de observar os produtos destes meios. No campo da cultura, os processos críticos “(...) não se desenvolvem em torno de um processo produtivo genérico (“o livro”, “a música”, “o teatro”...), mas sim, sobretudo, em torno de produtos específicos” (BRAGA, 2006, p.58). Observa-se que na crítica de arte a investigação remete, portanto, a detalhes do produto e não sobre o meio em que o produto é veiculado. Assim, a crítica de mídia poderia dar ênfase aos atributos específicos do jornalismo e, a partir deles, viabilizar a discussão sobre problemas, motivações e desentendimentos provocados pelas notícias.

Machado (2000) concorda que a potencialidades de produtos de massa, como a tevê e o jornalismo, relegados como objetos culturais e estéticos, só serão percebidas – além do cunho mercadológico – quando se investir numa observação microscópica sobre os produtos. Para Machado, e também para Serelle e Soares (2012, p.7-8), esta análise deve ser valorativa, baseada em repertórios e valores, ou seja, “traços diversos, de aspectos culturais, ideológicos, institucionais, relacionados à tradição de um repertório e/ou ancorados em contextos”. Os repertórios e os valores são “pontos de apoio imprescindíveis para ancorar os trabalhos de reflexão e avaliação” (MACHADO, 2000, p.26).

Ainda que, dentro da Teoria Literária, a crítica seja conhecida por elucidar a literatura tendo como foco questões internas às obras, algumas abordagens reconhecem a importância do contexto social. É o caso dos Estudos Culturais, surgidos na Inglaterra, na década de 1960. Em vez de dedicarem-se à avaliação da obra em si, os Estudos Culturais avaliam as “formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como, suas relações com a sociedade e mudanças sociais” (ESCOSTEGUY, 1998, p.88). O termo cultura converge os sentidos de um modo de vida de determinado povo, advindo do campo sociológico/antropológico, e de atividades artísticas intelectuais (WILLIAMS, 1992, p.13). Ao recusar a velha noção de “obras culturais”, ampliando-a para “práticas significativas”, Williams insere a mídia como atividade que merece ser criticada. Williams (1969, p.310) reconhece que os “meios de comunicação representam um dos maiores avanços técnicos do nosso tempo. O mais antigo deles, e ainda o mais

importante, é a imprensa”. Revela que “seria difícil emitir juízo de valor, simples e direto, a propósito de todos esses variados produtos. Mas eles exigem uma apreciação valorativa” (WILLIAMS, 1969, p.310).

As pesquisas sobre cultura, anteriores aos Estudos Culturais, davam ao texto uma centralidade que gerava abstração da prática (HALL, 1980). Para os Estudos Culturais, esta desvinculação não é possível. Os produtos culturais são “uma prática social que se dá entre pessoas em situações específicas, portanto com significados específicos que podem variar – e efetivamente variam – em diferentes situações sócio-históricas” (CEVASCO, 2001, p.130). Ou seja, não se pode desvalorizar o contexto em que as obras são produzidas e recebidas. Deixa, portanto, de fazer sentido o modelo em que a ideia era “isolar um objeto para descobrir seus componentes” (WILLIAMS apud CEVASCO, 2001, p.161). Em outras palavras, “o objetivo da análise materialista é desvendar as condições desta prática e não meramente elucidar os componentes dessa obra” (CEVASCO, 2001, p.160).

Esta preocupação com o redor da produção cultural “não exclui a análise do texto, mas o trata como um arquivo, descentrado o seu privilégio e status” (HALL, 1980, p.27). Para Escosteguy (1998, p.89), a cultura é o termo que “conecta tanto a análise literária quanto a investigação social”. O texto, porém, não pode ser explicado sem ponderar as convenções sociais. Reconnectam-se forma e sentido ou forma e conteúdo: “não pode é haver “separação entre “conteúdo” e “forma”, pois encontrar a forma é, literalmente, encontrar o conteúdo” (WILLIAMS apud CEVASCO, 2001, p.53).

Sobre o jornalismo, Hall (1999, p.224) propõe uma discussão sobre o que chama de produção social das notícias. Para o autor, a produção noticiosa integra um “processo complexo que se inicia numa escolha e selecção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas”. Como tal, envolveria a organização burocrática na qual esta prática está inserida, a estrutura de valores-notícia na seleção e a relevância das estórias e a apresentação ao público. Uma crítica do jornalismo, portanto, deveria considerar todos estes fatores.

Os critérios técnicos, portanto, além de incluir aspectos específicos, também envolvem a produção das notícias, ou seja, a tomada de decisões editoriais de jornais, revistas e sites. Não que o processo necessite ser analisado, mas é preciso considerar

que o produto é resultado de uma construção. Metodologicamente, compreende-se que as marcas do processo de produção da notícia não desaparecem no produto final (SILVA e MAIA, 2011). Pelo contrário, são deixadas pistas do processo no texto. Assim, a tomada de decisões, ligada aos aspectos técnicos das notícias, não se aparta do caráter cultural do jornalismo, mas são estas mesmas decisões opções culturais. Os critérios de ordem técnica são, portanto, compostos do vínculo e dos significados que existem entre os produtores de conteúdo (jornalistas, editores, fotógrafos) e as notícias.

Especificamente dentro do campo do Jornalismo, Groth (2006), pesquisador alemão que teve o trabalho desenvolvido no final do século XX, propõe a investigação sobre as características inerentes das notícias, considerando a função social destas. Para ele, a ciência dos jornais é uma ciência da cultura, tendo em vista que a cultura pode ser entendida como um “conjunto de criações humanas de sentido que está em constante crescimento e mutação” (GROTH, 2006, p.187). Haveria, portanto, uma relação entre sentido, ser humano e obras culturais, tendo em vista que as obras são criadas pelas e para as pessoas, que influenciam os valores e os fins que tais obras terão.

Ou seja, toda obra cultural é configurada de maneira finalística pelos seres humanos, é construída por eles *de maneira que faça sentido*, de modo que seja apropriada ou seja considerada como apropriada para satisfazer suas necessidades físicas e mentais. (...) Ao contrário de toda a “natureza”, a obra cultural tem, como realização de um sentido, uma “realidade de sentido”; ela está, portanto, direcionada *teleologicamente para o ser humano*, para o “sujeito” (GROTH, 2006, p.187-188)

Ao mesmo tempo em que Groth observa os aspectos sociais da obra, ele reconhece a existência de características inerentes a ela, que exigiriam uma investigação profunda. Groth considera que o estudo do jornalismo precisa investir na investigação sobre o que ele chama de unidade interior da obra. Expõe que a ciência dos jornais precisa “perguntar primeiramente a respeito dessa unidade interior (...), mas não pesquisar, por exemplo, os conteúdos político-históricos ou os produtos “literários” dos jornais e revistas” (GROTH, 2006, p.188). Registra também que independentemente do formato do jornal, são essas características que definem se determinada produção é jornalismo.

De acordo com o autor, os produtos culturais teriam as suas próprias leis e, ao mesmo tempo, estariam conectados com o sentido que estas obras receberiam quando

produzidas e recebidas pelo ser humano. Investigar esta unidade interior seria o papel da crítica baseada nos critérios técnicos.

A sistematização de critérios

As reflexões aqui propostas, considerando a analogia com a crítica cultural, ajudam a pensar de que forma a crítica de mídia noticiosa poderia investigar os produtos jornalísticos: de maneira microscópica, observando detalhes nas notícias e compreendendo suas características intrínsecas. Ao mesmo tempo, esta análise não pode abandonar os sentidos entre produtores e público, como observado pelos Estudos Culturais e por Groth, em seus estudos no começo do século XX.

Assim, na tentativa de encontrar critérios técnicos, este estudo se propôs a fazer um *exercício de crítica de mídia noticiosa*. Esta é uma forma de colocar a crítica em prática, sondando as possibilidades de execução, ressaltando os principais erros e acertos nas notícias e, a partir deles, inferindo e sistematizando os critérios técnicos. Nesta prática, foram criticadas individualmente 17 notícias sobre o acontecimento que ficou conhecido como “polêmica do livro didático”, publicadas entre 12 de maio de 2011 e 23 de setembro de 2011 no *Portal IG*. O caso refere-se a notícias publicadas na imprensa sobre um livro de Língua Portuguesa, distribuído pelo Ministério da Educação, que supostamente conteria erros de português. Este objeto se mostra pertinente pois, através dele, é possível verificar a dimensão que uma notícia é capaz de tomar na sociedade, ainda que apresente problemas.

Destaca-se que, na feitura da crítica, os critérios foram inferidos a partir de marcadores ao longo do texto crítico produzido, ou seja, palavras-chaves que funcionaram como uma espécie de pista sobre o critério. A partir do exercício crítico desenvolvido, foram encontrados sete critérios.

O primeiro critério identificado foi a **informação**. A chegada da informação à redação, seja através de uma fonte ou de uma investigação *in loco* feita por repórter, marca o nascimento da notícia. Para que a informação se transforme em notícia, ela precisa atender aos critérios de noticiabilidade, que variam conforme o veículo de comunicação.

Por ser abrangente, a informação é composta por diversas gradações. Uma delas é a *origem*. O crítico precisa inferir de onde surgiu a informação – se partiu de fonte citada, se foi divulgada por órgão público ou empresa privada, se foi presenciado pelo jornalista ou se surgiu de uma pesquisa de dados. Descobrir a origem é essencial para entender como e por que determinado tema foi transformado em notícia e identificar se o fato merecia o dispêndio do jornalista para apurar e escrever e a atenção do público.

Outra gradação é a *complexidade*, ou seja, a associação do fato com a realidade em volta, incluindo fatos anteriores. Uma notícia que faz associação entre fatos ajuda o leitor a entender o mundo, pois acautela para causas e consequências do acontecimento. O principal entrave aqui sempre foi o *deadline*, ou seja, o fechamento da edição. Com o advento da internet, a questão do *deadline* foi substituída pela entrega de informações em tempo real. Essa urgência faz com que a análise das causas e consequências seja uma etapa ignorada, o que leva a publicação de pautas sem complexidade.

Além da *origem* e da *complexidade da informação*, dentro deste critério ainda está a *apuração*. Apesar de parecer um critério aparte, torna-se inviável dissociá-la da informação. As informações que chegam aos jornalistas passam por apuração e checagem – primeiro observa-se e analisa-se a fonte da notícia, depois se confronta com outras fontes e analisa-se os fatos. O crítico deve observar até que ponto a reportagem foi capaz de *apurar e checar as informações*. Indaga-se se a equipe confrontou, averiguou a história – é possível analisar se o repórter esteve no local, se presenciou o fato, se pesquisou dados em diferentes fontes, se entrou em contato com entrevistados divergentes no assunto, se fez pesquisa em documento ou de campo. Quanto mais confrontação de dados, maior a segurança e maior credibilidade repassada ao público.

Por fim, é preciso observar se no processo de apuração da notícia houve *omissão* de informações ou a transmissão de *desinformação*. A omissão é mais difícil de identificar, pois tende a ser camuflada para atender aos interesses do jornalista ou do veículo em que trabalha. Em geral, a omissão só será percebida pelo crítico de mídia e pelos leitores se estes tiverem acesso aos dados omissos no veículo, mas divulgado por outros meios. Já a *desinformação* ocorre quando são repassadas para o público leitor informações distorcidas. A desinformação pode ser gerada pela fonte, que compartilha de maneira errônea os dados que possui. Neste caso, o jornalista erra quando confia em uma única fonte e não checa a informação recebida. Por vezes, a desinformação é

gerada pelo jornalista que, ainda que note a ausência de dados, não os apura corretamente e publica-os parcialmente, recorrendo a generalizações no texto.

Outro critério são as **fontes**. Este possui uma série de gradações a serem observadas quando se faz a crítica de notícia. A primeira e mais evidente é a *quantidade de entrevistados* abordados pelo jornalista. Há um consenso de que quanto mais entrevistados tiver a notícia, mais completa ela chegará ao público. Diferentes fontes poderiam acrescentar detalhes à mesma história e, quando suas narrativas forem compatíveis uma com as outras, poderiam até comprovar a existência de determinado acontecimento. Observa-se, porém, que se as pessoas entrevistadas forem todas do mesmo círculo – seja profissional, social, familiar – as chances de discordâncias entre histórias e opiniões sobre o fato diminuem. Em função disso, o crítico deve observar se a quantidade de entrevistados está acompanhada da *diversidade* de discursos, ou seja, se o jornalista ouviu pessoas com diferentes pontos de vista. A observação da quantidade e da diversidade de fontes deve ser redobrada quando se trata de temas polêmicos. Destaca-se que quantidade aliada à diversidade de fontes impede que o jornalismo seja tendencioso ou parcial, já que demonstra preocupação em confrontar versões.

O crítico de mídia, no processo de avaliação da notícia, deve ter em mente que a notícia não precisa ser composta apenas de entrevistas, mas que as informações podem advir de outras fontes: dados divulgados por uma instituição, resultados de pesquisas acadêmicas, documentos disponibilizados em sites oficiais, entre outros. A observação destes aspectos leva em conta o nível de *pluralidade* na notícia, ou seja, a busca de informações por meio de diferentes recursos. É preciso, no entanto, ficar atento à origem destes recursos. Conteúdos de releases de órgãos governamentais e empresas, entrevistas republicadas de outros veículos e materiais comprados de agências precisam ser checados antes de publicados – embora inspirem credibilidade, são passíveis de erro.

Por fim, a gradação mais difícil de identificar no critério **fonte** é a *abordagem*. Esta se refere à maneira como o repórter interpelou o entrevistado. A forma como o jornalista aborda a fonte é um processo que começa na redação, na definição da pauta e do pré-roteiro de entrevista. É comum que os profissionais saiam com uma série de perguntas da redação. O problema é quando estas perguntas estão calcadas em pré-julgamentos. Este roteiro pode interferir no andamento da entrevista e na escritura do texto. A dificuldade desta gradação, do ponto de vista do crítico, é identificar, nas

entrelinhas do produto final, o que ocorreu na entrevista, tendo em vista que este é um critério do processo de produção nem sempre visível no texto. Por vezes, ele pode ficar notório entre o discurso do repórter e as aspas do entrevistado. É nas entrelinhas do texto, no recorte da fala do repórter com as aspas do autor, que o crítico de mídia deve buscar visualizar como a abordagem afetou o resultado final.

Outro critério a ser considerado pela crítica de mídia é o **texto**. A redação noticiosa é o fio condutor da história a ser contada sobre o fato. Entre as gradações a serem observadas estão a *construção* em si, composta pela hierarquização de informações, a escolha das palavras, a opção pelas aspas feitas pelo repórter; e o *processo de edição*, evidente na escolha das manchetes, títulos, intertítulos, legendas.

A análise do texto parte do primeiro parágrafo. Esta introdução pode ter gradações criativas, mas deve ser informativa principalmente quando se trata de notícias diárias, apresentando um panorama sobre a notícia para o leitor. Ocorre que, em vez de apresentar o panorama, o jornalista considera que o público já conhece o assunto abordado e opta por omitir informações básicas. Esta decisão é comum em suítes, mas pode comprometer o entendimento da notícia.

O crítico pode também estar atento à linguagem usada pelo jornalista. Por se destinar a um público heterogêneo, as notícias são escritas de forma coloquial. A escolha das palavras e a construção das frases merecem uma observação atenta no processo de produção da crítica. A opção por determinadas expressões em vez de outras interfere no sentido do texto e indica as intenções do jornalista. O crítico deve compreender que quando um repórter opta por abrir aspas para uma frase polêmica de um entrevistado no lugar de uma frase explicativa, ele dá pistas sobre qual a repercussão o veículo de comunicação espera daquela notícia.

O texto ainda é capaz de encobrir falhas no processo de apuração. Quando uma publicação tem excesso de termos técnicos e não há explicação sobre seus significados, percebe-se que o repórter não apurou estes dados. Problemas de apuração evidentes no texto se dão quando ocorrem generalizações, adjetivação e uso repetido de conteúdos já publicados em outras notícias. São recursos usados para driblar a inexistência das informações. O que significa que nem sempre o melhor texto é o mais bem apurado.

Por fim, é preciso estar atento ao uso de termos nas notícias. Um problema identificado na análise das notícias é a contradição entre as notícias, ou ainda uma

mudança no tom da cobertura, percebida nos vocábulos utilizados por diferentes repórteres. As notícias sobre o caso começam acusando o livro, dizendo que ele “ensina errado”. Posteriormente, o tom de acusação desaparece e passa-se a usar termos amenos, como “conteria erros”. Essa alteração parece uma tentativa de corrigir um dado, mas sem atrair a atenção do leitor para este fato e nem chamar este processo de correção. Um processo, no mínimo, questionável no que se refere à credibilidade.

Além das gradações na construção do texto, há gradações no processo de *edição*. Sabe-se que, apesar de ser o repórter quem apura, checa e assina a notícia, a redação jornalística passa pela revisão de profissionais com a responsabilidade de dar título, linha de apoio, intertítulo, fazer legendas e olho. Além disso, estes profissionais podem até alterar o texto do repórter. O processo de edição hierarquiza a informação. Assim como as escolhas das palavras, frases e aspas do repórter indicam suas intenções, as opções dos editores indicam aquilo que eles consideram importante. É neste processo que se subentende como o veículo quer informar ou chamar atenção.

Tanto no que se refere à construção do texto quanto à edição, é preciso observar a *polarização das informações*. Na tentativa de simplificar o fato, parecer que ouviu os dois lados e criar uma narrativa envolvente, o repórter ou o editor polariza vozes ou dados na notícia. É preciso observar se essa divisão ocorre ou se é apenas um recurso para atrair a atenção. Em geral, quando a polarização de opiniões, por exemplo, não faz sentido, ela torna-se perceptível no texto.

Se o texto é um critério importante a ser observado, não se pode esquecer que a notícia não é contada somente desta forma. **Recursos audiovisuais**, entre eles, fotografias, imagens, infográficos, ilustrações, reproduções devem ser observados nas críticas da mídia noticiosa. Em determinados casos, eles podem ter um efeito de *conotação estética*. Na maioria das vezes, no entanto, precisa conter *informação*. Um crítico pode observar se as escolhas imagéticas feitas facilitam ou dificultam a leitura da notícia, ou seja, quais as contribuições das imagens para a notícia.

As informações coletadas pelos veículos, antes de virarem notícia, passam pelo crivo dos jornalistas. Essa triagem passa pela **leitura da realidade**, que é interpretação feita do conteúdo recebido e colhido em campo e a habilidade do profissional de relacioná-lo com os próprios conhecimentos e com a realidade em volta. Se bastasse ao jornalista decodificar as informações que recebe, a leitura feita por este profissional

poderia ser somente uma leitura de dados. Contudo, a sociedade contemporânea deposita no jornalismo a função não só de ler estas informações, mas de esclarecer a realidade confusa (HALL et al, 1999, p.228). Espera-se que a imprensa seja capaz de desmistificar boatos, desfazer preconceitos e elucidar acontecimentos da vida cotidiana. Desta forma, mais do que ler as informações, o jornalista precisa ler a realidade para que possa traduzi-la. Observa-se, porém, que a leitura da realidade e a conexão desta com outros acontecimentos e com a realidade passam pela subjetividade do jornalista que fará tal interpretação. O repórter ou o editor analisa e relaciona aquilo que recebe ou coleta com o próprio conhecimento e com dados advindos da atividade profissional. Por isso, o jornalismo é passível de erros, o que fará com que tais informações, lidas de maneira equivocada pelo jornalista, cheguem equivocadas ao leitor.

Do ponto de vista da crítica de mídia, a leitura da realidade é um critério com alto nível de abstração. Torna-se difícil observar até que ponto os conhecimentos de vida e os conhecimentos do jornalista ajudam ou prejudicam a leitura de dados. A análise do crítico é possível quando identifica erros na notícia e, a partir deles, avalia se este derivou ou não da interpretação do jornalista.

Apesar de colocados aqui separadamente, a leitura da realidade é um critério que mantém uma relação de dependência com a **inteligibilidade**. A inteligibilidade é a capacidade do jornalista de, a partir da leitura que fez da realidade, repassar a compreensão que teve sobre determinado assunto. Funciona como uma tradução das informações. Observa-se, no entanto, que a transmissão está condicionada ao desempenho no processo de leitura da realidade. Se a interpretação do jornalista sobre os acontecimentos e a correlação com outros fatos não apenas contém a subjetividade do jornalista, mas, efetivamente, contém erros, há chances de que o texto jornalístico se torne incompreensível. A inteligibilidade, neste caso, estará comprometida. Porém, mesmo com as informações bem apuradas, não significa que estas serão transmitidas corretamente. Muitas vezes, o jornalista tem dificuldade de traduzir acontecimentos apurados e presenciados. Desta forma, o trabalho de interpretação torna-se inútil se o jornalista é incapaz de produzir um texto compreensível.

Por lidar com a compreensão, a inteligibilidade está associada ao texto, fazendo com que este critério seja menos abstrato que leitura da realidade. Observa-se, entretanto, que a inteligibilidade depende no nível de conhecimento do público sobre o

assunto, difícil de medir. O crítico, ao fazer a análise, teria que considerar o público-alvo do jornal e, com base nisso, avaliar o texto. A tradução de termos, a descrição e a tentativa de correlação entre temas estão entre aspectos a serem considerados.

Por fim, o último critério a ser analisado seria a **ideologia**, ou seja, um conjunto de ideias ou crenças sobre determinado assunto, propagado através da publicação. É um critério de ordem abstrata, de difícil observação por parte dos críticos de mídia, porém perpassa todas as etapas do processo de produção da notícia – da escolha das fontes ao texto. A ideologia de determinado grupo da sociedade, possivelmente compartilhada pelos jornalistas, pode ter duas gradações: a *intencional* e a *não-intencional*. Na intencional, a notícia é produzida com a finalidade de compartilhar as crenças sobre o assunto em pauta. Esta intencionalidade visa a atender os interesses do jornalista, do veículo em que trabalha e até de uma fonte do jornal. As intenções do jornalista são observáveis quando o texto jornalístico deixa de ser apenas informativo, mas é composto de emissão de opiniões, seja do repórter, seja das fontes entrevistadas. Desta forma, críticos e leitores consideram estas notícias de parciais, opinativas e até tendenciosas. No entanto, a intencionalidade pode estar disfarçada. Optar por uma fonte e não por outra, por uma paráfrase em vez de uma aspa são recursos utilizados para dissimular a ideologia da publicação.

Por outro lado, a não intencional é aquela que, apesar de transmitir o modo de pensar de determinado grupo, não o faz com este objetivo. Imersos numa cultura contemporânea, jornalistas têm as próprias crenças e as reproduzem inconscientemente. Em outras palavras, não há má-fé. Além disso, a ideologia não-intencional chega de maneira imperceptível ao público que compartilha da mesma ideologia reproduzida pelo jornalista. O crítico deve usar as mesmas pistas para investigar a sua presença na escolha do texto, dos recursos visuais e das fontes.

Considerações finais

Esta pesquisa partiu do entendimento de que as interações críticas sobre o jornalismo eram frágeis por carecer de critérios. A fim de colaborar no aperfeiçoamento desta prática, percebeu-se a necessidade de investigar critérios técnicos de crítica de mídia noticiosa. Tomou-se como objeto empírico o acontecimento que ficou conhecido

como a polêmica do livro didático e, como objetivo, a execução de exercícios de crítica do jornalismo, buscando observar problemas nas notícias, sistematizando critérios.

A proposta dos Estudos Culturais, que amplia o conceito de objetos culturais, incluindo o jornalismo, e o conceito de essência do jornalismo, proposto por Groth, serviram de base para fundamentar a crítica proposta. Ou seja, o jornalismo é um produto cultural por envolver sentidos entre produtores, receptores e as notícias. Desta forma, caberia à crítica de mídia noticiosa analisar o texto, sem, no entanto, abandonar a investigação social que este motiva.

O resultado destas leituras, seguida de exercícios de crítica de mídia noticiosa, foi a identificação e sistematização de critérios técnicos. Além dos critérios em si, foram identificadas gradações em alguns deles, ou seja, alguns aspectos que integram o critério e que podem ajudar a esmiuçar os problemas/questões levantadas pela crítica em si.

Ao problematizar esses critérios, é preciso dizer que estes tornam-se técnicos quando acompanhados de argumentos que embasem a análise. A crítica focada nos critérios técnicos exemplifica o ponto de vista e busca vestígios para sustentá-lo. Esta explanação garante uma análise detalhada do produto e a inclusão da sociedade na discussão, tendo em vista que detalha ao leitor da crítica o processo de análise. Convém dizer que assim como o jornalista reproduz sua visão de mundo quando produz a notícia, o crítico também reproduz sua visão sobre o jornalismo. Por isso, os critérios técnicos são impressões do crítico. Impressões, no entanto, externalizadas com base em exemplos, argumentos e indícios retirados da análise do produto.

Enfatiza-se que os critérios identificados possuem um vínculo direto com o objeto empírico analisado e os problemas por estes apresentados. Se o objeto fosse outro, outros critérios poderiam ser encontrados. Ainda assim, parte deles voltariam a se repetir por fazer parte da natureza da atividade jornalística. Cabe dizer que, embora os critérios sejam de certo modo óbvios, até o momento não haviam sido sistematizados. Por isso mesmo esta pesquisa se mostra embrionária. Inúmeras são as possibilidades de investigação da crítica de mídia. Espera-se que com a identificação, a organização e a explicitação de alguns dos critérios, estes possam ser utilizados no processo de produção de crítica de mídia noticiosa, dentro ou fora do ambiente acadêmico. Espera-se que os critérios possam ser testados em outras pesquisas, com outros objetos empíricos. Há ainda a possibilidade de que diferentes critérios possam ser investigados

em outras dissertações e teses que, mesmo sem ter a crítica de mídia como objeto de estudo, analisam acontecimentos jornalísticos específicos.

Paralelamente aos estudos sobre os critérios, esta pesquisa abre caminho ainda para se investigue a crítica de mídia noticiosa como um gênero jornalístico, considerando os aspectos de sua produção, da escolha dos títulos, a abertura do texto e até a coesão e coerência dos argumentos apresentados.

Para finalizar, importa dizer que, num cenário pessimista sobre o futuro do jornalismo, estudar a crítica é contribuir para a formação de novos jornalistas e, conseqüentemente, para uma prática aperfeiçoada. E, eventualmente, se esta crítica ganhar um espaço fora da academia, contribuir para a formação leitores mais críticos.

Referências

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática.** São Paulo: Paulus, 2006.

CAREY, James. Journalism and criticism: The case of an undeveloped profession. In: **The Review of Politics**, 36, 1974, p.227-249.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams.** São Paulo: Paz e terra, 2001.

DALPIAZ, Jamile Gamba. **Representações do Brasil na imprensa britânica: uma análise cultural do jornal The Guardian.** 2013. 203 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

EAGLETON, Terry. **A função da crítica.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos Estudos Culturais. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n.9 , p.87-97, 9 dez. 1998.

GLASSER, Theodoro. O ombudsman de imprensa nos Estados Unidos. In: BERTRAND, Claude-jean. **O arsenal da democracia.** Bauru: Edusc, 2002. p. 213-221.

GROTH, Otto. Tarefas de pesquisa da ciência da cultura. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. **A era glacial do jornalismo.** Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 155-181.

GUERRA, Josenildo Luiz. **Breves notas sobre a crítica de mídia no Brasil: critérios de análise e a proposta de uma rede universitária de observatórios de imprensa.** XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005.

GUERRA, Josenildo. **Rede Nacional de observatórios da imprensa: um panorama inicial.** 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/rede-nacional-de-observatorios-de-imprensa-um-panorama-inicial>. Acesso em: 15 jul. 2013.

HALL at al. Mito, registo e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e histórias.** Lisboa: Veja, 1999. Cap. 277. p. 263-277.

HALL, Stuart. **Culture, media, language.** London, Routledge, 1980.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério.** 5. ed. São Paulo: Editora Senac, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. Mediaticism ou o dilema do espetáculo de massas. In: AIDAR PRADO, José Luiz (Org.). **Crítica das práticas midiáticas.** São Paulo: Hacker, 2002, p.14-26.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Crítica da mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. **Observatórios de mídia.** São Paulo: Paulus, 2008. p. 19-38.

SERELLE, M. V.; SOARES, R. L. A crítica de TV no Brasil: valores e repertórios. In: Colloque International Qu'est-ce qu'une télévision de qualité?, 2012, Paris (França). **Ateliers du Colloque.** Paris (França): Centre d'Etudes sur les Images et les Sons Médiatiques (Ceisme), 2012. v. 1. p. 32-33.

SILVA, G. & MAIA, F. D. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. In: **Revista Rumores.** Edição 10, v.5, jul.-dez. 2011.

SILVA, Gislene; SOARES, Rosana de Lima. Para pensar a crítica de mídias. In: **Revista Famecos,** Porto Alegre, v.20, n.3 , p.820-839, set-dez. 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são.** Florianópolis: Editora Insular, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: 1780-1950.** São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1969.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.